

ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA, GOVERNANÇA E TURISMO NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Social and Solidarity Economy, Governance and Tourism in the Area of Sustainable Territorial Development

Matias Poli Sperb

Doutor em Gestão de turismo sustentável.
Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. Brasil.
e-mail: mapolis@gmail.com

Maurício Serva

Professor do Programa de Pós Graduação em Administração da
Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. Brasil.
e-mail: mauserva@gmail.com

■ RESUMO

Este estudo analisa a ação de organizações de economia social e solidária que atuam no setor do turismo no território da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, em Santa Catarina, Brasil. Tendo como base a abordagem do Desenvolvimento Territorial Sustentável - DTS, o estudo foi realizado mediante o emprego da pesquisa ação-participativa na rede de organizações TOBTerra. Neste contexto, o problema de pesquisa questiona se essas organizações estariam criando ou não um ambiente propício ao desenvolvimento de produtos e serviços turísticos em linha com os preceitos do DTS. Por conseguinte, o estudo tem como objetivos: identificar, descrever e interpretar a ação da Rede TOBTerra no setor do turismo do referido território. Justifica-se a importância deste estudo pela natureza predatória do turismo litorâneo em Santa Catarina em territórios onde não se estabelecem pactos entre agentes locais em torno da gestão e uso parcimonioso dos recursos patrimoniais natural e cultural. Pretende-se dar uma contribuição científica à abordagem do DTS no âmbito do turismo por meio de um trabalho teórico-empírico, destacando os conceitos de "cesta de bens" e de "governança territorial", como também gerar conhecimento prático via análise interorganizacional dos conflitos, dos acordos e princípios comuns para a ação coletiva.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial Sustentável, Turismo, APA da Baleia Franca, Organizações de Economia Social e Solidária, Governança Territorial, Cesta de Bens.

■ ABSTRACT

This study analyzes the actions of social and solidarity economy organizations that work in the tourism sector in the territory of the Environmental Protection Area of Baleia Franca, in Santa Catarina, Brazil. Based on the Sustainable Territorial Development (DTS) approach, the study was carried out through the use of participatory action research in the network of TOBTerra organizations. In this context, the research questions whether or not these organizations are creating an enabling environment for the development of tourism products and services in line with the DTS precepts. Therefore, the study has the following objectives: to identify, describe and interpret the action of the TOBTerra Network in the tourism sector of the territory. The importance of this study is justified by the predatory nature of coastal tourism in Santa Catarina in territories where no agreements are established among local agents around the management and parsimonious use of natural and cultural heritage resources. It is intended to make a scientific contribution to the DTS approach in tourism through a theoretical-empirical work, highlighting the concepts of "basket of goods" and "territorial governance", as well as generate practical knowledge through inter-organizational analysis of conflicts, of common agreements and principles for collective action.

Keywords: Sustainable Territorial Development, Tourism, Social Economy Organizations, Territorial Governance, Basket of Goods.

1 INTRODUÇÃO

No turismo perseveram propostas mais harmônicas entre as dimensões social, econômica e ambiental, a exemplo dos turismos de base comunitária e do ecoturismo do que modalidades do turismo convencional de massa. Estas tipificações, desde o sentido mais amplo, estariam engajadas aos conceitos do “Desenvolvimento Sustentável” ou do “Ecodesenvolvimento” e, mais recentemente, ao “Desenvolvimento Territorial Sustentável” - DTS.

O DTS é um conceito base desta pesquisa pertinente a sua abrangência e complexidade em associação às diferentes dimensões da sustentabilidade. Relacionado ao conceito do DTS, a governança territorial e a “cesta de bens” de produtos e serviços territoriais são termos-chave.

A Governança Territorial está relacionada aqui à gestão compartilhada (principalmente numa perspectiva inteorganizacional) dos recursos territoriais e a Cesta de Bens, está relacionada às estratégias de viabilização comercial desses recursos de forma conjunta entre diferentes agentes territoriais, tendo o DTS como conceito maior balizador de tais temas no setor de turismo.

Já a Economia Social e Solidária é a base conceitual para se verificar a organização e a ação territorial de uma rede de pessoas e organizações que vêm atuando no território em questão desde meados de 2015, a Rede TOBTerra, com o objetivo de impulsionar a observação de baleias por terra junto ao turismo de base comunitária, bem como desenvolver outros atrativos naturais e arqueológicos.

A Rede TOBTerra surgiu em um ambiente propício a gestão participativa no território em questão tendo se originado no Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF), embora tenha se desenvolvido em paralelo a este conselho.

A APABF está composta de nove municípios do Litoral Centro-sul do Estado de SC. Entretanto, para efeitos de análise, a atuação da rede de organizações pesquisada se deteve nos municípios de Garopaba e Imbituba durante o ano de 2015 – período de pesquisa.

Assim, o objetivo principal desta pesquisa é o de identificar, descrever e interpretar a ação da Rede TOBTerra no setor do turismo do referido território.

Pretende-se com este estudo dar uma contribuição científica à abordagem do DTS no âmbito do turismo por meio de trabalho teórico-empírico, destacando os conceitos de “cesta de bens” e de governança territorial, assim como fornecer conhecimento prático via análise interorganizacional dos conflitos, dos acordos e princípios comuns para a ação coletiva.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A teoria desta pesquisa está organizada em cinco grandes áreas complementares: Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento territorial sustentável (DTS), Governança territorial, Cesta de bens e Turismo sustentável – em especial Ecoturismo e Turismo comunitário.

O termo “Ecodesenvolvimento” ou ainda “Desenvolvimento Sustentável” é relativamente novo se comparado à duração da Revolução Industrial, a qual, no decorrer do período moderno, levou ao surgimento do conceito devido aos riscos que as atividades industriais estariam ocasionando à vida na Terra. Mesmo com o desenvolvimento do termo, já acerca de quatro décadas, ele ainda está em construção.

Originalmente, Sachs (2007) dissemina, a partir de 1974, o conceito de “Ecodesenvolvimento” que, em sua concepção, é a forma alternativa para o desenvolvimento, o qual pressupõe outro padrão de relação sociedade-natureza, sugerindo assim o aprendizado da relação de simbiose co-evolutiva com a natureza.

Para tanto, a ética da convivência ecológica levanta a questão do compartilhamento de territórios e de recursos naturais com as outras espécies animais e vegetais. Logo, estamos apenas começando a reconhecer os elementos constitutivos dessa nova ética (Fontan, 2010). O Desenvolvimento territorial sustentável pode, então, ser entendido como uma filosofia de planejamento e gestão participativa, levando-se em conta os recursos patrimoniais de cada território. Para se compreender essa filosofia, é importante antes compreender o conceito de “espaço-território”.

Na concepção de Carrière e Cazella (2006), o espaço-território diferencia-se do lugar-comum pela

sua “construção” a partir do dinamismo de indivíduos que nele vivem. A noção de território designa aqui o resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais.

Com base em aspectos ecológicos, culturais e outras singularidades, cada território é interpretado não como uma estrutura estática, definida por limites geográficos ou administrativos; ele passa a ser definido como um campo de forças entre os diferentes grupos de atores e cuja dinâmica é particular em cada caso analisado; não se faz jamais de forma idêntica em dois ou mais lugares, e as estratégias de desenvolvimento não são universais (CARRIÈRE, 2004; ANDION, 2007).

Neste contexto, o DTS está intimamente relacionado à economia plural, que valoriza fatores intangíveis, extra-econômicos e não-mercantis, pois representam a cooperação, o capital social, e as capacidades de inserção criativa em redes dinâmicas e de aprendizagem (Abramovay, 2010; Jean, 2010; Levésque, 2010; Pecqueur, 2004; 2006).

Contudo, a persistência do viés economicista de espaços, microrregiões e regiões exige esforços voltados para o enfrentamento de desafios relacionados à concepção e à implementação de políticas públicas alternativas (Vieira, Cazella e Cerdan, 2006), como no âmbito da governança dos territórios aliado às características de uma economia plural, sob risco de as coletividades serem induzidas ou cooptadas a “definir planos de desenvolvimento baseados em diretrizes vindas do exterior, em resposta a indicadores de performance que lhes são simplesmente impostos” (Fontan, 2010, p. 191).

Na perspectiva da governança territorial, a economia social e solidária fornece uma fonte de inspiração, ainda que pouco explorada. Isto pode ser favorecido pelo fato de que as iniciativas no campo desta economia se dão, com frequência, em territórios específicos e não são restritos apenas à mobilização de recursos mercantis. Para construção de uma economia plural também são necessários mecanismos democráticos que oportunizem a participação dos cidadãos; a governança do território pela população. Neste intuito, passamos de um estilo de políticas públicas, na qual a intervenção do estado visava certa uniformização das condições de desenvolvimento, a

uma política de apoio a iniciativas de coletividades regionais e locais que apelam uma pluralidade de atores sociais (LÉVESQUE, 2010).

Contudo, segundo Abramovay (2010), a cooperação nos parâmetros do DTS envolve necessariamente a disposição desigual de recursos entre os diferentes atores. A habilidade de cooperação não é igualmente distribuída entre estes atores e o sucesso de seu exercício depende, especialmente, da capacidade de se construir coalizões políticas que vão refletir a força de cada grupo.

Nestes moldes, Abramovay (2010) ressalta que os atores não são meros reprodutores das estruturas em que se inserem, mas têm a capacidade de alterar a correlação de forças dentro de um determinado campo, impondo um novo padrão de relacionamento recíproco como base de sua cooperação.

Portanto, um dos grandes desafios de se instaurar mecanismos institucionais e de governança nos territórios reside justamente na necessidade de articular atores diversificados: privados, públicos ou civis, dentre os quais estão incluídos os atores vinculados ao mundo associativo e cooperativo (Lévesque, 2010).

Outro grande desafio das políticas de desenvolvimento territorial é produzir coerência (ou coordenação) e transversalidade entre diferentes setores e públicos. Essa coordenação, aliada à transversalidade na busca de agregar atores, permite revelar recursos latentes e provocar uma criação nítida de valor materializado por uma renda dita de “qualidade territorial”, o que nos remete ao conceito de “Cesta de Bens” (PECQUEUR, 2006).

A hipótese da cesta de bens pode ser verificada quando, num momento de aquisição de um produto de qualidade territorial, o consumidor descobre a especificidade de outros produtos procedentes da produção local e determina sua utilidade a partir do conjunto de produtos oferecidos (a cesta). Isso significa que essa oferta de produtos interligados gera um excedente de valor para o consumidor que pode ser considerado mais elevado do que a soma dos excedentes de cada produto em separado. Podem compor o valor destes produtos recursos variados do território, tais como amenidades ambientais (paisagens, climas etc.).

Neste contexto, a governança territorial caracteriza-se então por um processo essencialmente

dinâmico que visa à formulação e à resolução de problemas organizacionais e produtivos, quase sempre inéditos. Essa coordenação que liga os atores entre si permite revelar recursos latentes e provocar uma criação nítida de valor, materializado pela renda de qualidade territorial. Essa operação de compatibilidade de estratégias implica na existência de um compromisso institucional combinado, do qual os parceiros são de uma parte, atores econômicos e, de outra, atores públicos – locais ou não (Pecqueur, 2006).

Assim, pela sua própria natureza que implica no deslocamento da demanda aos atrativos, o turismo é uma atividade que apresenta potencial para alavancar a estratégia da cesta de bens nos territórios, tomando como base os conceitos de ecoturismo e turismo comunitário.

O turismo comunitário, por exemplo, remete a lugares e grupos que guardam valores da vida comum, que buscam soluções para os problemas locais do dia a dia de forma coletiva. Poucos se preocupam com a acumulação material mais do que com a convivência humana, uma vez que resistem ao consumismo, pois guardam valores tradicionais sem a preocupação de serem tachados de antigos ou ultrapassados. São comunidades que questionam o modelo de sociedade convencional, sendo por isso considerados “grupos de resistência” (Coriolano, 2012, p. 22).

Em suma, existe uma gama de possibilidades de se fomentar e desenvolver formas de turismo, únicas, relacionadas aos conceitos anteriormente citados. Essas formas estariam relacionadas ao território em toda a sua complexidade (Morin, 2011), em contraposição à noção de “produtos turísticos padronizados” ou “produtos turísticos do mercado internacional” (commodities), que seguem princípios estritos da economia convencional (Clancy, 1998).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa apresenta como objetivo identificar, descrever e interpretar a contribuição de Organizações de Economia Social e Solidária que atuam no território da APABF para o Desenvolvimento Territorial Sustentável no âmbito das atividades de turismo.

Para atingir este objetivo, a pesquisa se constituiu em pesquisa documental e, principalmente, pes-

quisa participativa (PP), que pode ser compreendida como uma combinação de “observação participante (OP)” e “pesquisa-ação (PA)”.

A utilização da técnica de PP implica compromisso com a comunidade em que se desenvolve a pesquisa e superação da oposição sujeito/objeto: as questões sociais devem ser problematizadas com os grupos e as organizações populares (ROCHA e AGUIAR, 2003; NOVAES e GIL, 2009). Nesse contexto, o pesquisador procura tornar-se um membro do grupo observado.

A PP tende a converter relativa a ideia de “verdade”, pondo em questão a neutralidade, a objetividade e a totalização dos saberes enquanto pilares da ciência em sua versão positivista, buscando compreender e incluir também os saberes e valores populares. Portanto, a transformação da realidade vivida não seria uma questão da correta aplicação dos conhecimentos produzidos nas hierarquias formalizadas, colocando-se como possibilidade a partir da interação entre o saber acadêmico, em seus diversos campos de conhecimento, e os saberes dos sujeitos individuais e coletivos envolvidos na pesquisa (ROCHA e AGUIAR, 2003).

Com base nestes princípios, o pesquisador participou de quinze reuniões da Rede TOBTerra (reuniões quinzenais durante o ano de 2015), três reuniões do CONAPA – Conselho da APABF (Dezembro 2014, Março 2015 e Setembro 2015), de reuniões paralelas específicas em algumas das organizações constituintes da Rede TOBTerra, além de participar ativamente de ações práticas desta rede.

O acompanhamento em cada reunião da Rede TOBTerra foi seguida de um padrão protocolar base: observação e participação, gravação de áudio e anotações, transcrição e análise de dados buscando identificar padrões nos discursos de forma a relacionar com as categorias de análise implicadas no objetivo de pesquisa, categorias estas estabelecidas a priori e também outras identificadas ao longo da pesquisa. Nesse sentido, as categorias de análise foram estabelecidas com base em “grade mista” (VERGARA, 2005); quando há a definição a priori de categorias de análise junto a categorias formadas ao longo da pesquisa, o que também fornece um caráter exploratório a pesquisa. As categorias de análise, definidas a priori, dizem respeito aos seguintes aspectos: i)

verificação das estratégias de ação utilizadas quanto às contribuições ao DTS, sobretudo no concernente à “governança territorial” e à “cesta de bens”; ii) identificação dos avanços promovidos, contradições e conflitos entre as organizações dessa rede, bem como as possibilidades de superação dos mesmos.

Quanto a padrões de discurso, referem-se a palavras, expressões ou termos utilizadas com maior frequência e contabilizadas em planilha MS Excel. Quanto maior a frequência desses padrões, maior a atenção dispendida aos discursos, salvo se tivessem pouca ou nenhuma relação com as categorias estabelecidas a priori ou ao longo da pesquisa.

Dos encontros realizados durante a pesquisa emergiram as estratégias de ação e as formas de interação organizacional como categorias de análise. Sobre as estratégias de ação do grupo se destacam: desenvolvimento de quatro roteiros turísticos (fio condutor para a ação), o teste e a avaliação pós-teste desses roteiros turísticos.

Quanto a interação organizacional ou análise interorganizacional, identificaram-se cinco categorias de relacionamentos que foram analisadas: 1) organizações que participavam ou que já haviam participado do CONAPA; 2) organizações com “laços fortes” entre elas; 3) organizações mais cooperativas com a rede (com laços fortes com a rede); 4) organizações que apresentaram intolerância entre elas; 5) organizações com laços fracos com a rede.

Em se tratando de uma pesquisa qualitativa, esta focalizou as peculiaridades e as relações entre os elementos. Prosseguindo nessa estratégia de pesquisa, a interpretação dos resultados se realizou por meio da construção interativa da análise (LAVILLE e DIONNE, 1999), o que refere-se à construção da análise dos dados com base nas relações entre as categorias estabelecidas a priori e ao longo da pesquisa.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

A diversidade relacionada ao meio natural e ao mosaico sociocultural oportuniza a Santa Catarina uma variedade de opções turísticas, ainda que o turismo de massa sazonal predomine no litoral.

A parte do turismo de massa de Sol & Praia e seus efeitos, no litoral de SC pode-se distinguir características geográficas especiais nas quais se harmonizam montanhas, amplas baías e enseadas, belas praias e vivaz vegetação de Mata Atlântica.

O litoral de SC representa 7% da costa brasileira e abrange 34 municípios, com uma superfície total estimada em 15.000 km². Atualmente, estes 34 municípios juntos possuem uma população de 2.378.862 habitantes, o que representa 38% do total da população do Estado (IBGE, 2010). Grandes cidades como Joinville ou Blumenau, que não estão no litoral, se localizam acerca dele, fomentando esse turismo.

Reconhece-se o litoral de SC por meio de municípios que formam três grandes regiões costeiras do Estado: Norte, Central e Sul. De um modo mais segmentado, pode-se classificar o litoral de Santa Catarina em cinco setores geográficos: litoral Norte, litoral Centro-norte, litoral Central, litoral Centro-sul e litoral Sul. Na primeira classificação, esta pesquisa toma como referência o litoral Sul, em onde está insituído o território da APABF, com predominância no litoral Centro-sul, ao tomarmos em conta a segunda classificação do litoral do Estado de SC.

A Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF) é uma área que prevê a possibilidade de ocupação antrópica: permite o uso dos recursos, ainda que de forma sustentável. Foi criada por decreto federal no ano de 2000. Constitui-se de 156.000 hectares em 130 km de costa marítima. Abrange nove municípios desde o sul da ilha de Santa Catarina até o Balneário Rincão, são eles: Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba, Laguna, Tubarão, Jaguaruna e Içara. Trata-se de uma unidade de conservação que permite o uso sustentável dos recursos naturais, a ocupação territorial e diversas atividades econômicas.

A APA da Baleia Franca apresenta como objetivo principal proteger a Baleia Franca Austral (*Eubalaena australis*), aonde muitos exemplares vêm se reproduzir, dar a luz, amamentar e recrear. Esta área é considerada santuário dessa espécie ameaçada de extinção.

Além disso, objetiva também ordenar e garantir o uso racional dos diversos recursos naturais da região, ordenar a ocupação e a utilização dos solos e das águas, ordenar o uso turístico e de aeronaves. As riquezas naturais protegidas pela APA também

incluem outras espécies de animais e vegetais nativos, promontórios, costões rochosos, praias, ilhas, lagoas, banhados, marismas, área de restinga, dunas, além de sítios arqueológicos, como sambaquis e oficinas líticas (ICMBIO, 2014).

No entanto, esta APA ainda não instituiu seu Plano de Manejo. A atuação deste órgão gestor subordinado ao ICMBIO se baseia, predominantemente, em marcos legal-institucionais de nível nacional e políticas públicas relacionadas ao nível federal.

Por outro lado, a APABF, sob articulação de seu órgão gestor local subordinado ao ICMBIO, apresenta um Conselho Gestor (CG) que vem discutindo de forma participativa com vários atores no território, já acerca de dez anos, sobre vários assuntos, entre eles quanto à elaboração do seu Plano de Manejo.

5 A REDE TOBTERRA

A Rede Turismo de Observação de Baleias por Terra (Rede TOBTerra), inicialmente denominada de Grupo de Trabalho TOBTerrestre ou TOBTer (Turismo de Observação de Baleias Terrestre), originou-se a partir de discussões na Câmara Técnica de Turismo subordinada ao Conselho Gestor da APABF.

Nessa câmara, havia grupos que demonstravam concepções e interesses conflitantes quanto à atividade turística de observação; de um lado observação de baleias embarcada – TOBE – a forma comercial predominante de observação de baleias no território até o ano de 2013, representada, sobretudo, por alguns poucos empresários desta atividade, e, de outro, a nova proposta de realizar a observação de baleias por terra, até então defendida principalmente por ambientalistas do território.

Em maio de 2013, por determinação da Justiça Federal seccional de Laguna, SC, após o Instituto Sea Shepherd Brasil apresentar um documento quanto aos riscos dessa atividade para as Baleias Franca e para os turistas, o TOBE foi suspenso.

Em decorrência desta suspensão, na reunião-plenária do CONAPABF de dezembro de 2014 foi sugerido pela Ong. Ambientalista AMA a formação de um Grupo de Trabalho (GT), extra CONAPA,

para a discussão e construção de uma proposta de desenvolvimento do Turismo de Observação de Baleias Terrestre (TOBTerrestre) no território da APABF. Surgiu então o GT TOBTerrestre.

A partir do dia 16 de março de 2015, o GT TOBTerrestre – atualmente chamado de Rede TOBTerra – passou a se reunir voluntariamente na sede do Projeto Gaia, município de Garopaba, a cada 15 dias para discutir o turismo de avistamento terrestre de baleias na APABF.

Desde então, até fins de dezembro de 2015 já tinham ocorrido 15 reuniões desta rede. Para termos de análise, pode-se classificar as atividades deste grupo em dois momentos. No primeiro (março a julho de 2015), foram realizadas atividades com predominância maior na discussão, articulação, planejamento e organização do grupo emergindo a produção de roteiros turísticos que integrassem diferentes atrativos naturais, culturais e histórico-arqueológicos do território, a gastronomia e a logística de transporte local, tendo como atrativo central o avistamento de baleias por terra.

Já no segundo momento da Rede TOBTerra, que ocorreu durante o segundo semestre do ano de 2015, houve o “teste” dos roteiros turísticos construídos pela rede. Esses roteiros foram colocados em prática na SNBF (Semana Nacional da Baleia Franca), evento promovido pelo SEBRAE-SC, ocorrida em setembro de 2015.

Nesse período, portanto, se evidencia uma parceria que surgiu com o SEBRAE-SC em função do projeto que teve início em maio de 2015, o então denominado PEOBF (Projeto de Ecoturismo de Observação da Baleia Franca), atualmente denominado “Rota da Baleia”, abrangendo os municípios de Laguna, Imbituba e Garopaba.

Participaram diretamente das reuniões e ou das demais ações na Rede TOBTerra de março até dezembro de 2015 pessoas pertencentes a nove organizações identificadas, além de autônomos. A “Tabela I” elenca estas organizações, assim como outras características gerais das mesmas: território de ação; configuração institucional; número de participantes nas reuniões e o número de reuniões em que cada organização participante da rede esteve presente até dezembro de 2015¹.

¹ Como critério, foram incluídas para esta análise apenas aquelas organizações em que um ou mais de seus membros participaram de pelo menos três reuniões, de um total de quinze reuniões ordinárias da rede que ocorreram durante o ano de 2015.

Tabela 1 Organizações participantes da Rede TOBTerra em 2015

| Organizações | Território ou área de ação | Configuração institucional | Participantes nas reuniões | Reuniões presentes |
|--|-----------------------------------|----------------------------|----------------------------|--------------------|
| ACAIG - Associação de Condutores Ambientais de Garopaba e Imbituba | Municípios de Garopaba e Imbituba | Associação | 3 | 3 |
| ADTC - Associação de Desenvolvimento Territorial Costa Catarina | Municípios PL, GRB e IBT | Associação | 2 | 12 |
| AGTA - Associação de guias de turismo da APABF | APABF | Associação | 2 | 6 |
| AMA - Amigos do Meio Ambiente | Município Garopaba | Ong. | 3 | 13 |
| IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina | Estadual/ Câmpus GRB | Instituto Federal | 1 | 14 |
| PPPR - Plataforma de Pesca Praia do Rincão | Município Balneário Rincão | Associação | 4 | 7 |
| Projeto GAIA Village | APABF | Fundação | 1 | 11 |
| SECTUR Grb - Secretaria de Turismo de Garopaba | Município Garopaba | Prefeitura | 3 | 8 |
| TAIATerra - Coletivo de Condutores Ambientais | Municípios Garopaba e Imbituba | Coletivo | 10 | 15 |
| Outros | # | # | 7 | # |

Fonte: Dados de pesquisa a partir das reuniões da Rede TOBTerra (2015).

Uma das principais tipificações de agentes desta rede se refere aos condutores ambientais locais². Em menor número também participaram guias de turismo e mais recentemente condutores do turismo de aventura. Esses agentes podem ser identificados nas organizações: ACAIG - Associação de Condutores Ambientais de Imbituba e Garopaba, AGTA - Associação de Guias de Turismo da APABF e com maior número de participantes o Coletivo de Condutores Ambientais TAIATerra, além de condutores autônomos, estes compoem a maior parcela do grupo “outros”.

Relacionado à organização associativa dos Receptivos Culturais (Engenhos de Farinha, Ranchos de Pesca, Alambique, Comunidade Quilombola, artesanato, entre outros)³, se apresenta a ADTC – Associação de Desenvolvimento Territorial Costa Catarina.

Como Organização Ambientalista e proponente da Rede TOBTerra temos a Ong. AMA - Amigos

do Meio Ambiente para a Ecologia, o Turismo e o Desenvolvimento Sustentáveis.

Quanto à organização de formação, capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais de turismo temos o IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina.

Como organização e propriedade rural de aplicação de práticas de educação e condução ambiental e de preservação ambiental, em específico também apoiando nas reuniões da Rede TOBTerra com espaço físico, temos o Projeto Gaia Village.

Como Prefeitura participante temos a Prefeitura de Garopaba, pela sua Secretaria de Turismo (SecTur Garopaba).

No que se refere à representação pelo número de pessoas de cada organização que participou das reuniões desta Rede ao longo de 2015, verificou-se que as organizações ADTC e Projeto Gaia esse laço se deu de forma individual, ou seja, em geral apenas uma pessoa destas organizações participou nas reu-

2 Tipificação de agente da ação mais numeroso e representativo na Rede TOBTerra. Se refere a uma formação profissional recente no território analisado. O Instituto Federal de Santa Catarina vem desde 2012 formando estes profissionais de nível técnico. Voltados para o turismo, estes profissionais são preparados para conduzir em trilhas, no ambiente natural, realizando passeios de forma segura, auxiliando os turistas a interpretar características da paisagem cênica e da cultura local.

3 Os Receptivos Turísticos Culturais (Receptivos Culturais) se referem aos atrativos de base comunitária ligados à cultura local de base açoriana, principalmente, e constituem um dos principais atrativos dos roteiros turísticos desenvolvidos pela Rede TOBTerra.

niões da Rede TOBTerra. Também foi característico o forte laço institucional destas organizações com a Rede, apesar de basicamente apenas uma pessoa representar cada uma destas.

Em um nível intermediário, de duas a três pessoas de cada organização que participaram em pelo menos três reuniões da Rede TOBTerra ao longo de 2015, temos representantes da AMA, AGTA, ACAIG e da Secretaria de Turismo de Garopaba, além da PPPR.

Como organização de grupo amplo e participativo, temos apenas o Coletivo TAIÁTerra com 10 participantes.

Além das organizações mencionadas anteriormente, também cabe mencionar as organizações identificadas como “periféricas”, ou seja, aquelas que representaram certa influência na Rede, mas que não participaram ativamente da mesma: o Instituto Baleia Franca (IBF), o SEBRAE-SC e a APABF/ICMBIO.

O IBF, para alguns membros da Rede TOBTerra, sobretudo para a vertente ambientalista, representa uma das ameaças para a presença de baleias no território, além de representar uma ameaça para a própria modalidade de observação de baleias por terra.

O SEBRAE-SC foi uma organização que apresentou consideráveis relações e influências na Rede TOBTerra. Surgiu no território poucos meses depois da formação da Rede TOBTerra com o PEOBF – Projeto de Ecoturismo de Observação de Baleias Franca, visionando desenvolver várias ações neste sentido ao longo de três anos, com um orçamento de mais de 2,5 milhões de reais, abrangendo os municípios contíguos de Laguna, Imbituba e Garopaba. Interessante destacar que este projeto foi produzido enfocando o TOBE. Contudo, quando o SEBRAE chegou no território para implementá-lo, esta modalidade já havia sido suspensa pelo ministério público.

Por fim, a APABF/ICMBIO apresentou elos com a Rede TOBTerra, pois a mesma se originou de uma de suas câmaras técnicas. Dentro da rede, havia indivíduos com visões antagônicas quanto à atuação da APABF no território, sobretudo quanto ao seu conselho Gestor (CONAPA) e atuação de câmaras técnicas.

5.1 Construção de Roteiros: fio condutor para ação

Desde a 1ª reunião da Rede TOBTerra estava bastante presente a ideia de o grupo produzir roteiros turísticos no território da APABF e imediações.

Apesar de se pretender abranger um território mais amplo, o TOBTerra ateu-se a desenvolver roteiros turísticos nos municípios de Garopaba e Imbituba. Também foi estabelecida uma delimitação temporal na baixa temporada do turismo, durante o inverno no período de presença das baleias (Junho a Outubro).

As organizações AMA e ADTC, proponentes iniciais da rede, se esforçavam em alinhar as reuniões e ações do grupo com a ideia originária, ou seja, a de canalizar os esforços em torno do turismo de observação de baleias por terra, tomando como base a experiência de outros destinos turísticos que pelo mundo já desenvolviam esta prática. Em seguida, também houve esforço de estabelecer e alinhar nos roteiros, sobretudo pela ADTC, a conexão “meio-ambiente” e “cultura tradicional”.

Já na 3ª reunião da rede foi estabelecido o Plano de Ação baseado para o ano de 2015. Em efetivo, para isso foram listados os atrativos turísticos desde o setor norte da APABF e imediações até o sul. Para a produção dos roteiros, ficou tratado que as trilhas integrantes deveriam incluir três diretrizes: 1) observação de baleias, 2) acessibilidade e 3) diversidade de atrativos na proximidade da trilha.

Na reunião do dia 11 de abril de 2015 (5ª reunião), ao seu final foram escolhidos quatro roteiros, tomando como base quatro trilhas, a serem desenvolvidos como modelos de referência para outras localidades na APABF. Foram escolhidos dois roteiros em Garopaba (Siriú e Caranha) e dois em Imbituba (Rosa-Luz e Ribanceira).

Posteriormente, estes quatro roteiros foram desenvolvidos com base em um Termo de Referência para construção de roteiros turísticos (TDR), produzido pela própria rede de forma participativa e integrando os seguintes aspectos: as trilhas; os atrativos; os receptivos culturais; a gastronomia; e o transporte ou logística, nesta ordem.

Também foram nomeados os coordenadores para os chamados “GTsinhos” de construção de roteiros. Ficaram de coordenadores dos “GTsinhos”

dois condutores independentes, uma condutora recém ingressada no TaiáTerra e um guia de turismo regional membro da AGTA.

Basicamente, estes roteiros foram produzidos com base em material documental, experiências dos condutores e outros membros da rede, além de idas a campo.

Na 9ª reunião da Rede TOBTerra, ocorrida no dia 13 de julho de 2015, cada GTsinho apresentou o seu roteiro desenvolvido. Esta reunião foi aberta a público. Estavam presentes mais de trintas pessoas e dentre elas um representante Consultor e Coordenador do PEOBF (Projeto de Ecoturismo de Observação de Baleias) do SEBRAE-SC,

Ao final desta reunião, o Coordenador do PEOBF demonstrou entusiasmo quanto ao trabalho da rede e que a instituição poderia apoiá-la dentro do PEOBF a ser desenvolvido durante três anos (2015, 2016 e 2017). Importante registrar que o PEOBF, na época, estava recém começando a ser implementado no território.

De fato houve apoio financeiro por parte do SEBRAE-SC, sobretudo para testar os roteiros com os chamados “formadores de opinião” ou “fun-club”. A partir da 9ª reunião, portanto, entra-se no dito segundo momento da Rede TOBTerra. Nesta segunda etapa, as reuniões ocorreram basicamente em função da ação para rodar/testar os roteiros na Semana Nacional da Baleia Franca (SNBF – 2015).

Em setembro de 2015 houve o evento SNBF e os quatro roteiros foram executados. Posteriormente, houve uma reunião de avaliação dos mesmos pelos “GTsinhos” a partir da percepção de cada participante e de fichas de avaliação preenchidas pelo público participante.

5.2 Relacionamentos entre as organizações

A análise que segue identificou alguns comportamentos e relacionamentos entre as organizações.

Inicialmente, foram identificadas organizações que participavam ou que já haviam participado do CONAPA. Em seguida, identificaram-se organizações com “laços fortes” entre elas, e organizações mais

cooperativas com a rede (com laços fortes com a rede); organizações que apresentaram intolerância entre elas; e organizações com laços fracos com a rede.

5.2.1 Organizações Participantes do CONAPA

Identificaram-se quatro das nove organizações participantes da Rede TOBTerra (ver Tabela I) como aquelas que já participaram ou que até recentemente ainda participavam do CONAPA - Conselho da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca. São estas organizações a AMA, o IFSC, o GAIA e a PPPR. Destas, apenas a AMA já não participava mais no ano de 2015, tendo permanecido neste fórum até final de 2014.

Destaca-se que no ano de 2014 a AMA retirou-se deste conselho por discordância e desentendimento quanto à postura de proteção frente às baleias pelo ICMBIO/APABF, alegando negligência com relação à proteção das Baleias Francas no Território marítimo da APABF e entorno. Portanto, sendo esta a organização proponente do TOBTerra, se verifica o porquê dessa rede ter sido criada fora do esquema de gestão participativa do CONAPA.

5.2.2 Organizações com Laços Fortes entre Elas

Identificaram-se três grupos de organizações com laços fortes entre elas. Um deles se refere às organizações “AMA” e “ADTC”. Em grande parte, pode-se entender este laço devido à elevada afinidade entre os membros destas duas organizações, inclusive havendo participação de pelo menos três indivíduos em ações de ambas e com um dos membros da Rede TOBTerra afiliado nestas duas organizações. Na fala a seguir, um dos membros da AMA revela esta conexão entre as duas organizações:

Quando eu, quando digo eu é a AMA (Organização Amigos do Meio Ambiente), mas quando eu participei junto com a AMA no DTS⁴, uma das coisas que a gente fez nos grupos de receptivo foi oficinas de autoestima, porque a gente via que as pessoas (representantes dos receptivos turísticos culturais) não estavam se sentindo valorizadas e sem vergonha, digamos assim as mais inibidas, para receber as pessoas (visitantes) e falar (Membro da ONG. AMA – Gravação 2ª reunião, 30/03/2015, 00:32:10).

4 O DTS – Desenvolvimento Territorial Sustentável foi um programa de diagnóstico das potencialidades territoriais prévio a ADTC e que contribuiu para originar a mesma.

Também se identifica um laço forte do IFSC com a ADTC em função do viés de base acadêmico/prático da ADTC quanto ao turismo de base comunitária que também interessa à área de ensino do IFSC, em especial sobre o assunto de turismo e economia solidária.

Igualmente se identifica o IFSC com laços fortes com o Coletivo de Condutores Ambientais TAIATerra. Justifica-se esta conexão devido aos membros deste coletivo serem todos formados pelo IFSC como condutores *ambientais*, também porque parcela considerável dos membros deste coletivo continuam estudando no IFSC, ou mesmo trabalham, ou já trabalharam temporariamente nesta instituição, dentre outros vínculos ou atividades colaborativas entre essas duas organizações.

Também se registra a organização Projeto Gaia Village com laços fortes com o CONAPA/ICMBIO (organização periférica a Rede TOBTerra), sendo esse um indicador forte pelo fato de a maioria das reuniões deste conselho ocorrerem na propriedade sede deste projeto e essa organização ser membro do CONAPA desde a fundação deste conselho.

5.2.3 Cooperação ou Laços Fortes com a Rede

Verificaram-se seis organizações que apresentaram laços fortes com a Rede TOBTerra. Estes laços podem ser entendidos a partir dos seguintes aspectos: participação nas reuniões, participação na construção dos roteiros turísticos, forma de idealismo, motivação ou engajamento variando entre racionalidades substantiva e instrumental quanto ao desenvolvimento de formas alternativas de turismo convencional.

Verifica-se elevada participação de cinco organizações (AMA, ADTC, Coletivo TAIATerra, IFSC e GAIA) nas reuniões da Rede TOBTerra e nas ações (ver Tabela I), havendo uma média de participação de 80% de cada uma.

Com base nisso, quanto à questão de idealismo ou engajamento a partir de uma perspectiva substantiva ou de valores mais adaptados a uma economia plural, pode-se identificar princípios mais fortes nas organizações AMA, ADTC e no Coletivo TAIATerra. Embora estes princípios também estejam presentes nas organizações IFSC e GAIA, nestas duas identifica-se um viés instrumental mais forte do que nas

três anteriores. Revela-se aqui, portanto, o “DNA” da Rede TOBTerra com base no perfil destas cinco organizações.

Observava-se a AMA atuando seguindo o princípio de preservação ambiental do território, tendo como um dos principais estandartes a proteção da Baía Franca, inclusive com frequência, evidenciando a proteção via observação de baleias por terra como princípio originário e fundamental do grupo, como manifestado por um dos membros desta organização:

[...] É importante focarmos na estruturação dos primeiros roteiros, integrando as trilhas que já estão mais estruturadas com os receptivos culturais do projeto DTS que recebem já turistas há algum tempo. *Pra* nós ajudar nesse processo de escolha (dos roteiros a serem desenvolvidos) e também na reflexão sobre a logística, vou levar aquela apresentação que eu havia feito na oficina sobre o TOBE do CONAPA que aconteceu em maio do ano passado (2014), aonde existem alguns exemplos bem-sucedidos de observação terrestre de baleias, como é o caso do Uruguai e do sul da Austrália. Acho que nosso diferencial aqui é essa integração AMBIENTE+CULTURA, que eu não vi acontecendo nos demais exemplos que eu pesquisei no ano passado (E-mail de representante da ONG. AMA, 13/04/2015 16:12).

A fala anterior também revela a aliança tácita com a ADTC a fim de se unir a observação de baleias com o turismo cultural via envolvimento com a condução ambiental.

Como já abordado, ADTC busca proteger as atividades econômicas tradicionais no território, sobretudo rurais, pesca e as voltadas ao artesanato utilizando-se do turismo cultural e comunitário para fortalecer estas atividades. Neste contexto, a ADTC procura atuar bastante na articulação dos diferentes agentes do turismo para desenvolver os chamados “receptivos culturais” com visitação de turistas, ato que transparece na fala de um dos membros desta organização sobre a questão de agendamento dos condutores ambientais nos referidos receptivos culturais:

Está bem claro que falta muito de organização, não só para condutores em associação ou individuais... Agora, eu não vejo problema nenhum em haver diferentes organizações de condutores, a diversidade faz parte, né? Mas, pensando no turista: chegou aqui e vai no CAT⁵... e falaram para ele que o produto mais organizado que o CAT oferece é uma lista de condutores. Aí ele vai chegar e vai ligar para o primeiro da lista;

5 Centro de Atendimento ao Turista.

ai não pode, e então liga para o segundo da lista; não pode, e então não vai nem ligar para o terceiro mais! (Membro da ADTC – Gravação 2º reunião, 30/03/2015, 01:31:05).

Neste sentido, a participação da ADTC na Rede TOBTerra apresenta como um intuito fundamental envolver e organizar melhor a recente atividade de condução ambiental local junto aos receptivos culturais e assim fortalecer a cultura tradicional do território via turismo cultural, o que também conota um sentido instrumental pela normatização da viabilização operacional e comercial do turismo, em especial dos roteiros turísticos formatados pela rede.

Já o Coletivo TAIATerra busca fortalecer o turismo de base comunitária, utilizando-se para isso da atividade de condução ambiental integrada à comunidade. Embora tenha uma proximidade bastante grande com os receptivos culturais, não visa um “plano organizacional”, mais voltado para os moldes de uma racionalidade normativa-instrumental como na ADTC. Emblemático sobre isto é a visão da ADTC de concentrar o agendamento de visitação aos receptivos culturais em um associado-secretário desta associação.

Estas percepções sobre o turismo cultural ou de base comunitária entre ADTC e Coletivo TAIATerra revelam duas visões diferenciadas: a primeira, talvez mais romaneada, mas também instrumentalizada para viabilizar essa visão, buscando preservar a cultura tradicional a partir de uma política de amplitude territorial-institucional de turismo cultural. Já por parte da outra, do TAIATerra, manifesta-se uma postura de visitação mais do contato direto com o dia a dia - exemplificada por atitudes sem tanta articulação entre diferentes agentes, típico de um turismo de base cultural mais espontâneo.

Neste sentido, por mais de uma vez se escutou do TAIATerra o apontamento do risco de a ADTC transformar os receptivos turísticos das comunidades tradicionais em “zoológicos”, onde “a comunidade seria preparada para ser vendida e observada”, inclusive com a risco de perder autenticidade.

Contudo, em muitos aspectos as duas organizações também compartilhavam posições comuns, sobretudo quanto a riscos que a economia convencional apresentava às comunidades tradicionais do território.

A postura preservacionista da cultura tradicional por parte do Coletivo TAIATerra é revelada pela seguinte fala, quanto a um receptivo cultural do município de Imituba:

Essa comunidade (das dunas da Ribanceira) já está ali há mais de duzentos anos, plantando, mas eles não têm posse sobre a terra. Eles fazem principalmente o plantio da mandioca itinerante. Eles fizeram em 2010 o engenho coletivo da ACORDI, da associação. Só que ao mesmo tempo, em 2010, eles sofreram um processo de desapropriação pelo grupo Votorantin. Tem todo um trabalho histórico e cultural ali bem forte que tem a ver com a agricultura tradicional, com a nossa tradição açoriana, com a farinha, tem a questão do extrativismo, que está bem presente nesta apostila de etnobotânica (e fez circular a apostila) e mais ainda sobre a questão do uso da terra. Desde 2010 quatro agricultores tiveram suas casas ameaçadas por uma retroescavadeira. Então é bem pesado. O pessoal ali do MST em 2010 ficou com a gente ali no engenho coletivo. Eu mesmo fiquei várias noites em vigília para este engenho não ser destruído. É bem interessante esta trilha (a trilha dos Areais da Ribanceira). E caminhando pelas dunas tem todas essa parte histórica de extração ilegal destas dunas, que este ano, enfim, está proibida, pela primeira vez desde 2004. E o final desta trilha acaba na praia onde vemos baleias (Membro do TAIATerra – Gravação 7º reunião, 15/06/2015, 00:08:50).

Neste contexto, é importante mencionar que o Coletivo TAIATerra apresentava proximidade com este Receptivo Cultural no ano de 2015 e a ADTC não. Ainda que houvesse um sentimento mútuo de luta pela preservação destes receptivos, havia uma preocupação deste Coletivo de haver uma aproximação da ADTC que levasse a uma normatização das visitas, as quais viessem a comprometer a relação direta ou espontânea do TAIATerra com este engenho. Esse, inclusive, era um sentimento tácito quanto aos outros Receptivos Culturais, devido à política da ADTC de normatizar e centralizar os agendamentos e visitação aos receptivos via essa associação.

Uma das organizações que vinha participando no ano de 2015 de forma bastante presente na Rede TOBTerra, mas que não era identificada como uma organização membro da rede, e sim como uma organização periférica, o SEBRAE-SC. Diferentemente das anteriores, pode-se identificar esta organização com perfil predominantemente instrumental, com base nos princípios da economia de mercado e empresarial, ou seja, apresentando pouco ou nenhum perfil de características da economia solidária e do turismo de base comunitária, apesar de visar um

projeto, a priori, de viés territorial voltado para o ecoturismo. O que acontecia, sim, é de um ou outro consultor desta organização apresentar visão mais voltada a formas alternativas de turismo e da economia solidária. Porém, era minoria; não saía imune de conflitos com consultores de viés mais convencional dentro do PEOBF/SEBRAE-SC.

5.2.4 Conflito e Intolerância entre Organizações

Nesta pesquisa, entendem-se conflitos entre organizações aqueles embates que não comprometeram a integração das organizações na construção dos projetos da rede e nem o atendimento dos seus objetivos.

Porém, sobre aspectos específicos, esses conflitos vieram à tona e terminaram por gerar deturpações, comprometendo a fluidez da ação em certos momentos, tendo como um dos resultados percebidos a desmotivação do voluntariado.

Estes conflitos também podem ser entendidos, na maioria dos casos, como “acomodações” entre pessoas e organizações sobre determinados assuntos.

Por outro lado, certos conflitos evoluíram a um grau mais forte levando organizações a deixar a rede (ACAIG e AGTA), e outras ameaçaram sair, como o Coletivo TAIATerra, dando mostras em certos momentos de intolerância entre organizações, ou com a rede, de uma forma geral.

A AGTA e a ACAIG deixaram a rede devido a conflitos diretos com membros do Coletivo TAIATerra, sobretudo a ACAIG. Junto a isso, aferiu-se que a AGTA e a ACAIG terminaram por deixar a rede também por falta de afinidade de princípios, como o apoio ao turismo embarcado (ponto levantado sobretudo pela AMA) e ou a promoção de eventos percebidos como de turismo de massa (ponto levantado sobretudo pelo Coletivo TAIATerra). Sobre o segundo ponto, se destaca uma fala de um membro deste Coletivo:

(...) nós (do TAIATerra) gostaríamos que as pessoas amassem este lugar como nós amamos, como nós cuidamos, porque muitos condutores não estão pensando em preservar as belezas do território, estão pensando em ganhar muita grana, quando isso deveria ser uma consequência. (...) eu me decepcionei muito quanto a alguns condutores, fiquei horrorizada. Inclusive alguns destes condutores nos veem, nós do TAIA, como os loucos, como os loucos, por querer preservar este lugar (Membro do TAIATerra – Gravação 4º reunião, 27/04/2015, 01:51:16).

Neste contexto, em específico quanto ao conflito ou intolerância entre as duas organizações Coletivo TAIATerra e ACAIG, mesmo se tratando de duas organizações de condutores ambientais, se observa diferenças de perfil fundamentais.

O Coletivo TAIATerra apresenta perfil mais enraizado na cultura açoriana local, defendendo o turismo de base comunitária, sendo constituído por considerável parcela de membros nativos (nascidos no território ou ali criados). Já a ACAIG concentra-se mais em torno do ecoturismo com as trilhas e turismo de aventura, com pouco envolvimento comunitário, tendo nenhum membro nativo fazendo parte desta organização.

Neste sentido, complementarmente à fala também houve acusações sobre a ACAIG ser “oportunista”, aproveitando o momento de apoio do SEBRAE para ingressar no TOBTerra.

Por outro lado, sendo o TAIATerra a organização de condutores ambientais que atuou desde o início na Rede TOBTerra, transparece por parte de seus membros uma postura protecionista contra a ACAIG, que não atuou desde o início na rede, em específico para a construção de roteiros. Por outra parte, a ACAIG alega que é “mais profissional” em função de possuir “associação constituída com CNPG”, e o TAIATerra ser uma organização ainda não formalizada; um coletivo

Porém, segundo relatos de membros do TAIATerra, já existiam indisposições passadas anteriormente à formação da Rede TOBTerra entre membros destas duas organizações, já desde o curso de formação de condutores no IFSC, por falta de afinidade de princípios.

Quanto à relação do Coletivo TAIATerra com a Rede TOBTerra, alguns dos membros mais atuantes deste coletivo ameaçaram, mais de uma vez, a sair da Rede TOBTerra. Como uma das justificativas principais para isso, escutou-se dos membros deste Coletivo que o “TAIATerra era a Rede TOBTerra, e que sem o TAIATerra a rede não existiria”, tomando como referência a relativa elevada parcela de membros pertencentes do Coletivo participantes no TOBTerra, em proporção às outras organizações.

De forma mais objetiva, esta fala justificava a ameaça deste Coletivo em sair da rede em função de não estar de acordo com decisões lideradas por outras

organizações, sobretudo de três entre as cinco mais ativas e influentes na rede: ADTC, AMA e IFSC. Por conseguinte, há de se mencionar o estado de conflito entre as organizações ADTC e TAIATerra.

Ainda que tenha apresentado sinais de maior profundidade em questões passadas mal resolvidas entre membros dessas duas organizações, o embate evidente e concreto que veio à tona em reuniões da Rede TOBTerra evidenciou opiniões divergentes quanto à participação de um receptivo cultural num dos roteiros turísticos construídos pela rede. O conflito apresentava como objeto principal a utilização de um rancho de pesca na Praia do Ouvidor a ser incluído como um receptivo cultural no Roteiro da Caranha.

Neste aspecto, o Projeto GAIA também se posicionou em desacordo com a ADTC, pois segundo o representante do Gaia, este Rancho foi construído recentemente (nos últimos quinze anos) em terreno de Marinha. Sobre este fato, um membro do TAIATerra se referiu a este rancho de pesca como aquele que foi “construído na mão grande”, ou seja, sem legitimação da comunidade e sem base legal, tendo sido erguido “da noite para o dia”.

Importa esclarecer aqui que além de por lei não ser permitida a construção de novas edificações em terreno de marinha, já no ano em que o referido rancho foi construído, este terreno também estava de posse da propriedade da família onde está sediado o Projeto Gaia. A fala de um membro do TAIATerra expõe a problemática, a seguir:

Eu fiquei muito preocupada quando eu vi esse rancho ali (no roteiro da Caranha) porque de cultural não tem nada. Foi feito na “mão grande” sem licença nenhuma. Ele não tem história de pesca, é aberto o ano todo exatamente para legitimar (o funcionamento). O “dono do Rancho” é filho de pescador que tem umas regras que a gente questiona como pescador. Inclusive ele tem vários atritos ali pela forma desrespeitosa de pescar (...) com vários pescadores tradicionais, e que estes sim utilizam seus ranchos para a pesca tradicional. É o único rancho da região que é utilizado para churrascada no verão e bebedeira. Fica aberto mesmo, o tempo todo. E o que queremos mesmo é fortalecer ranchos que vivem da pesca, porque se agente fortalecer ranchos que querem virar bar, esse não é o meu olhar, do TAIATerra, como liderança comunitária, esse não é o meu olhar (Membro do TAIATerra – Gravação 8ª reunião, 29/06/2015, 01:23:12).

Com base na fala anterior, se expõe preocupação bastante latente, não só para estas duas organiza-

ções (Coletivo TAIATerra e Projeto Gaia), mas para muitos agentes do território de ranchos de pesca na transformação desses ranchos em bares de veraneio, voltados para o turismo de massa, como já acontece a exemplos emblemáticos de dois “Ranchos de Pesca” na Praia do Rosa, em seu Canto Sul.

Outro conflito diz respeito à Rede TOBTerra com o SEBRAE-SC, sobretudo no círculo de membros em algumas das organizações mais atuantes: ADTC, AMA, IFSC e TAIATerra.

Fundamentalmente, se percebe que esse conflito ocorria devido ao fato de a instituição SEBRAE-SC não transmitir confiança quanto ao seguimento de princípios implícitos fundamentais da rede, embora o discurso fosse neste sentido.

Junto a isso, desestabilizava a confiança entre as partes o perfil empresarial instrumental burocrático da organização SEBRAE-SC, em choque com o perfil mais dinâmico e pessoal da economia solidária presente na Rede TOBTerra, com base no “olho no olho”: a reputação individual e de cada organização seriam aspectos mais importantes do que o aparato burocrático, financeiro e corporativo para se gerar confiança. Estima-se que a confiança entre os membros e organizações da Rede TOBTerra, sobretudo com base na palavra, seria o ativo intangível de maior valor para a efetivação da ação.

Em específico, certa atmosfera de desconfiança entre a rede e o SEBRAE-SC emergiu devido a alguns fatores enumerados a seguir. Primeiro, porque o projeto do SEBRAE-SC para o território foi produzido para o turismo embarcado. Segundo, porque os recursos disponibilizados para a rede foram extremamente baixos em proporção ao montante de recursos a serem disponibilizados pelo SEBRAE para o território, ainda que alguns de seus consultores tivessem abertamente informado em público, por mais de uma vez, que a rede TOBTerra era o produto de ecoturismo de maior potencial no território de ação do PEOBF (posteriormente nominado Rota da Baleia). Terceiro, porque o SEBRAE não prestou contas sobre como e onde foram aplicados os recursos públicos no território, ainda que fôra solicitado pela Rede TOBTerra. E quarto, porque por esta organização não era dada a oportunidade de se escolher os consultores locais, sendo que a maioria dos colocados não conhecia bem o território e nem apresentavam experiência para ar-

ricular projetos de desenvolvimento de ecoturismo ou turismo de base comunitária, ou ainda no âmbito da economia solidária, apesar de o PEOBF apresentar-se como desenvolvedor de um projeto de ecoturismo no território. Em quinto lugar, fica em evidência o estilo “de cima para baixo” para se desenvolver o projeto do SEBRAE no território, ainda que se tenha “tentado” realizar algo participativo no início da atuação desta organização no território.

Há que se acrescentar que o SEBRAE pouco contribui para desenvolver produto. Esta organização inicia suas ações no território estruturando materiais promocionais e de divulgação, mas pouco investe em construção e desenvolvimento de produto, como na articulação entre agentes do *trade* turístico, sendo que se trata de um projeto de médio/longo prazo de no mínimo três anos.

Outro conflito no sentido da intolerância ou mesmo oposição entre organizações da Rede TOBTerra se refere à relação entre a AMA e a ADTC com a organização IBF, periférica à rede. A AMA e a ADTC, como já dito, apresentavam muita afinidade nos seus princípios, e inclusive com membros comuns que participavam das duas organizações. O princípio presente, sobretudo na AMA como organização ambientalista, é o de preservação do litoral do território da APABF como berçário das Baleias Francas. Esta organização defende veementemente que o Turismo de Observação Embarcado (TOBE) prejudica as Baleias no território como berçário.

Neste sentido, existia um conflito velado até fins de 2015, visto que até esta época o TOBE estava suspenso judicialmente. Esse conflito, que está baseado no princípio anterior defendido pela AMA, torna essas organizações altamente conflitivas e com baixa tolerância entre si para um acordo ou desenvolvimento de um projeto comum de observação de baleias no território e que contemple a observação de baleias embarcada e a terrestre.

5.3 Laços Fracos com a Rede

Destacam-se duas organizações que participaram durante algum tempo da rede TOBTerra mas que apresentaram laços fracos de envolvimento e desistiram de participar. A primeira se refere à PPPR que, apesar de ter participado de relativo elevado

número de reuniões da rede, parou de participar quando houve a entrada do SEBRAE-SC, pois o Município de Balneário Rincão ficou fora da lista de municípios contemplados pelo Projeto Rota da Baleia do SEBRAE-SC. Os representantes desta organização pretendiam desenvolver um roteiro turístico na Plataforma de Pesca Praia do Rincão.

Já a Secretaria de Turismo de Imbituba não deu continuidade e teve curto envolvimento, em apenas duas reuniões, apesar da relevância de participação deste órgão demonstrado pela rede em suas reuniões.

6 CONCLUSÕES

A cultura de base açoriana ainda presente no território pesquisado se revelou como potencial turístico relevante, pois ela continua viva e proporciona experiências únicas com a comunidade local. Além do atrativo cultural para o turismo, a natureza exuberante de uma das áreas com maior biodiversidade do mundo é complementar. Dentre atrativos específicos, se apresentam os turismos de observação da vida silvestre (como a observação de baleias e pássaros), trilhas ecológicas percorrendo costões, dunas, praias, áreas rurais, sítios arqueológicos, entre outros.

Pensando nesta diversidade de atrativos, formou-se a Rede TOBTerra em março de 2015, a qual passou, praticamente desde o início, a produzir roteiros turísticos que envolvessem e promovessem a diversidade de atrativos naturais e culturais do e no território.

Como agentes articuladores da iniciativa, na linha da frente da Rede TOBTerra, estiveram principalmente as organizações ADTC – Associação de Desenvolvimento Territorial Costa Catarinense, AMA – Amigos do Meio Ambiente, Coletivo de Condutores Ambientais Locais TAIATerra, IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina, Campus Garopaba; e Projeto Gaia, tendo o SEBRAE-SC como apoiador em recursos monetários para o teste dos quatro roteiros e apoio em eventos de discussão e capacitação da rede.

Em cada um destes roteiros estiveram envolvidos variados atores participantes: condutores ambientais, produtores rurais e pescadores tradicionais, produtores de artesanato e de alimentos tradicionais, profissionais do setor de transporte, configurando o

conceito de Cesta de Bens, para o qual os roteiros turísticos são identificados neste estudo como sendo cada um uma cesta, pois cada um deles une diferentes produtos e serviços territorializados⁶ e juntos adicionam valor maior do que se estivessem sendo oferecidos em separado, individualmente.

Entretanto, houveram outras organizações envolvidas com menor atuação (ACAIG, AGTA e Prefeitura de Garopaba) e ainda outras consideradas “periféricas”, mas que influenciaram a atuação da rede (IBF, ICMBIO/APABF, Epagri e Sedetur-Imbituba).

Observa-se que as relações entre as organizações no território (variando entre cooperação e conflitos) não se dão em nível de projeto ou no nível organizacional apenas. Constatou-se também uma evolução de envolvimento nos níveis individual e contextual, revelando-se uma realidade social complexa e em construção, em que a rede se insere.

Verificou-se que o surgimento da própria Rede TOBTerra originou-se de um conflito de princípios entre empresas de turismo embarcado de observação de baleias com organizações ambientalistas que estavam em desacordo com este mesmo tipo de turismo.

As organizações que formaram ativamente a rede, portanto, eram organizações que se identificavam predominantemente com a modalidade de observação terrestre de baleias, embora duas delas se identificassem com o turismo embarcado também. Não por um acaso, foram estas duas organizações as que estavam no centro do maior foco de conflitos e discordâncias entre indivíduos e organizações da rede, revelando o viés preservacionista de recursos ambientais bastante latente, além dos culturais, portanto tratava-se não somente do viés econômico.

O desenvolvimento de roteiros turísticos envolvendo diferentes atrativos – compondo a cesta de bens – foi visionado desde o início pela rede não só como uma ferramenta de proteção destes recursos territoriais, mas também como gerador de renda

distribuída de forma mais equitativa entre os participantes. Outra característica visível da rede trata-se da horizontalidade na tomada de decisões entre os envolvidos; mais uma das características típicas que compõe a pluralidade de princípios que vem a reforçar a economia social e solidária, que por sua vez vem a fortalecer o DTS.

Cabe ainda destacar que o conceito de governança territorial também estava bastante presente na atuação da Rede TOBTerra, uma vez que de forma interorganizacional se buscava desenvolver e operar produtos e serviços turísticos integrados envolvendo diferentes recursos territoriais, mobilizando, portanto, diferentes agentes e organizações. Com frequência as discussões giravam em torno do planejamento para agregar e operacionalizar os diferentes atrativos turísticos além de discussões sobre políticas públicas que viessem a reforçar os recursos territoriais constituintes da cesta de bens representada pelos roteiros.

Em suma, se verificou que a Rede TOBTerra, com suas qualidades e aspirações, junto aos conflitos e desafios organizacionais a serem transpostos, se revelou uma verdadeira rede de Economia Solidária e de Governança do turismo no território da APABF e imediações. Assim, dentre as propostas de cunho prático, sugere-se reforçar os seguintes aspectos: desenvolver um “caderno de princípios e normas” para a integração de pessoas na rede TOBTerra até o limite que este não venha a podar a espontaneidade e a iniciativa de ações particulares; a partir desse caderno, desenvolver um selo de qualidade para os produtos e serviços turísticos articulados e operados por pessoas e organizações da Rede TOBTerra; e organizar uma política comum de uso dos ranchos de pesca do território para que possam ser utilizados como atrativos de turismo de base comunitária, evitando assim o risco de serem transformados em bares de beira de praia prioritariamente voltados para o turismo de massa do verão.

6 Serviços ambientais são aqui referidos na forma ampla, incluindo os serviços ambientais tais como as paisagens, a fauna, a flora, a geologia, entre outros.

■ REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Para uma Teoria dos Estudos Territoriais. In: VIEIRA, Paulo F. et al. (Org.). *Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil*. Florianópolis: Aped; Secco, 2010.
- ANDION, C. *Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina*. Florianópolis, 2007: Tese (Doutorado em Sociologia Política), UFSC.
- CARRIÈRE, J. P. As bases teóricas das estratégias de desenvolvimento local sustentável. *Material do curso de formação em desenvolvimento sustentável*. UFPB/UFSC: Mimeo, 2004.
- CARRIÈRE, J. P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao desenvolvimento territorial sustentável. *Revista Eisforia – Edição Especial*, Florianópolis. v. 4, n. Especial, p. 23-48, 2006.
- CLANCY, M. Commodity Chains, Services and Development: theory and preliminary evidence from tourism industry. *Review of International Political Economy*. England: Routledge. 5: 2, p. 122-148, 1998.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. A Contribuição do turismo ao desenvolvimento local. In: Anderson Pereira Portuguez, Giovanni de Farias Seabra, Odaléia Telles M. M. Queiroz. (Org.). *Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local*. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. v. 1, p. 1-396, 2012.
- FONTAN, J. M. Ponto de vista ecológico crítico e prospectivo sobre o papel da economia plural no desenvolvimento local de territórios. In: VIEIRA, Paulo F. et al. (Org.). *Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil*. Florianópolis: Aped; Secco, 2010.
- IBGE, 2010. Disponível in: www.ibge.gov.br/censo2010. Acesso in: 10 jul. 2015.
- ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Proteção da Natureza. Disponível In: <http://www.icmbio.gov.br/apabaleiafranca>. Acesso in: 5 mar. 2014.
- JEAN, B. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. Em: VIEIRA, P. F. et al. (Org.). *Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil*. Florianópolis: Aped; Secco, 2010.
- LAVILLE, C.; DIONE, J. *A Construção do Saber*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda., 1999.
- LÉVESQUE, B. Comentários: as bases teóricas e metodológicas do enfoque de desenvolvimento territorial sustentável: convergências e aportes científicos. In: VIEIRA, P. F. et al. (Org.). *Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil*. Florianópolis: Aped; Secco, 2010.
- MORIN, E. *La Via para el Futuro de la Humanidad*. Barcelona: Reiss, 2011.
- NOVAES, M. B. C.; GIL, A. C. A. pesquisa-ação participante como estratégia metodológica para o estudo do empreendedorismo social em administração de empresas. São Paulo, *Revista de Administração Mackenzie*, v. 10, n. 1, 2009.
- PECQUEUR, B. Territoire et gouvernance: quel outil pertinent pour le développement? *Gouvernance locale et développement territorial, le cas des pays du sud*. Paris: L'Harmattan, p. 27-48, 2004.
- _____. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. In: *Desenvolvimento Territorial Sustentável. Experiências, conceitos e desafios teórico-metodológicos*. *Revista Eisforia*, Florianópolis, v. 4, n. Especial, p. 135-154, 2006.
- ROCHA, M. & AGUIAR, K. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. [Versão eletrônica]. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 23(4), 64-73, 2003.
- SACHS, I. Ambiente e estilos de desenvolvimento. Ignacy Sachs (org), *Rumo à Ecosocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, p. 54-76, 2007.

VERGARA, S. C. *Métodos de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 2005.

VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. A.; CERDAN, C. Desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos. *Revista Eisforia*, Florianópolis, v. 4, n. Especial, p. 13-20, 2006.